

# Naturlink

## LPN: «Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) - novo decreto-lei funciona como “via verde” para a destruição do Ambiente»

Filipa Alves (29-06-11)



A mais antiga associação de Conservação da Natureza da Península Ibérica considera “um grave retrocesso” a publicação recente de um Decreto-Lei (76/2011 de 20 de Junho), que vem introduzir alterações ao processo de reconhecimento e acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional.

Foi publicado no passado dia 20 de Junho em Diário da República um Decreto-Lei que vem introduzir alterações no processo de reconhecimento e acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN).

Segundo explica em Comunicado de Imprensa a LPN, o novo Decreto-Lei reduz o valor do investimento necessário para que um projecto seja reconhecido como PIN de 25 para 10 milhões de euros.

No entanto, refere a LPN, isto não impede que as iniciativas de menor valor possam beneficiar da classificação como PIN, o que se torna possível desde que haja uma “forte componente de investigação e desenvolvimento, de inovação aplicada, interesse ambiental, forte vocação exportadora” ou desde que o projecto “permita a substituição de importações”, o que na óptica da LPN, significa que “dependendo da interpretação subjectiva do decisor único, qualquer actividade económica humana é passível” de ser considerada PIN.

Por outro lado, o número mínimo de postos de trabalho criados para que um projecto seja passível de ser considerado PIN é reduzido de 100 para 50, e o prazo de apreciação do “candidatura” a PIN diminui de 30 para apenas 10 dias.

Outras alterações resultam supressão de “muitos intervenientes do processo”, uma medida “que contribui fortemente para o desaparecimento de alguma transparência que os PIN ainda teriam”, afirma a LPN.

Por fim, o facto de o novo Decreto-Lei prever como “medidas de sustentabilidade ambiental a compatibilização do projecto com as áreas protegidas, Rede Natura, Plano Sectorial, Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e domínio hídrico público ou realizar medidas de minimização/compensação de modo a atingir a tal compatibilização” equivale a colocar ao “mesmo nível a conservação do ambiente e as medidas de minimização, como se estas pudessem substituir o património natural destruído e afectado”, o que no passado já permitiu a implementação de “dezenas de projectos” em área classificadas.

A LPN considera por isso o novo Decreto-Lei como “um grave retrocesso na situação ambiental de Portugal” que resulta na criação de uma «“via verde” para o investimento”, o que constitui uma desconsideração do esforços que têm vindo a ser realizados para a “conservação e utilização sustentável do nosso património ambiental”.

Na prática a ONGA considera que o recém-publicado DL “abre a porta à instalação de projectos em qualquer

localização, com qualquer valor de investimento e de qualquer tipo de actividade”, que permitirá “evitar o cumprimento da legislação ambiental nacional e europeia” e “põe em causa a qualidade do Ambiente passando a mensagem “Apesar de existir legislação geral, quando a mesma é inconveniente criam-se excepções e salta-se por cima da lei”.

A LPN acusa ainda os Ministérios e tutelas do Ambiente de pautarem “a sua acção pela autorização da destruição do património natural”, relegando” a questão ambiental para segundo plano” citando como exemplos a construção do IKEA em Paços de Ferreira e da Parkalgar em Portimão.

Deste modo, a mais antiga organização ambientalista da Península Ibérica denuncia publicamente o DL n.º 76/2011 de 20 de Junho, lembrando que o Ambiente dá base e sustento para a Vida e todas as actividades humanas, pelo que “todos os instrumentos utilizados para efectivar a continuação da depredação do Ambiente, em particular manobras legislativas como o conceito de Projecto de Potencial Interesse Nacional, merecerão” da sua parte “o mais veemente repúdio e feroz oposição”.

Fonte: LPN – CI

### **Leituras Adicionais**

[LPN: Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Agricultura Intensiva é inimigo nº 1](#)

[ENCNB nunca foi verdadeiramente implementada - contributos da LPN para a sua avaliação](#)

### **Documentos Recomendados**

[A Cartografia das restrições legais ao uso da terra a partir de parâmetros da legislação ambiental](#)

[Áreas de preservação permanente: efectividade da legislação e novas propostas para gestão ambiental territorial \(parte 1 - sumário\)](#)